



**XXV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO
PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO
INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS**

*Pedras no caminho?
Guardo todas, um dia vou construir um castelo.*
Fernando Pessoa

A Banca Examinadora da Prova de Conhecimentos Gerais de Direito solicita aos candidatos que observem as seguintes orientações:

1. Tenha cautela com a folha de resposta porque ela não pode ser substituída:
 - a) confira seus dados pessoais;
 - b) não a dobre, não a amasse e não use corretivo e
 - c) utilize caneta esferográfica transparente preta.
2. O caderno deve conter 100 (cem) questões legíveis. Aponte qualquer anormalidade antes do início da prova, para que ocorra sua substituição.
3. As questões possuem apenas uma alternativa a ser assinalada como resposta. Não questione, por favor, os Srs. Presidentes de sala e os Fiscais a respeito do conteúdo da prova.
4. Para não ser eliminado do certame, não se comunique com outro candidato no curso da prova e não consulte qualquer material.
5. Por motivo de segurança, são proibidos o porte e a utilização de qualquer aparelho durante a prova, estando inseridos nessa lista os relógios e telefones celulares, bem como qualquer outro equipamento eletrônico ou não. Deixe todo o material na frente da sala.
6. A prova tem duração de cinco horas, como determinado pelo Conselho Nacional de Justiça. Esgotado o tempo, o Fiscal deverá retirar a folha de resposta.
7. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.
8. A Comissão deseja a todos uma excelente prova.

Campinas, 09 de abril de 2011.

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Maria Inês Corrêa de Cerqueira Cesar Targa
Eliane de Carvalhõ Costa Ribeiro
Adriene Sidnei de Moura David Diamantino
Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim
Juízas do Trabalho

Ordem dos Advogados do Brasil
Dr. Roberto Parahyba de Arruda Pinto
Dr. Ari Possidonio Beltran
Advogados

BLOCO I

Direito Individual do Trabalho

1. A respeito do instituto das férias, analise as assertivas abaixo formuladas.

I- Na modalidade do regime de tempo parcial, após cada período de 12(doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias de 24(vinte e quatro) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 22(vinte e duas) horas.

II- O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de 10(dez) faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período de férias reduzido à metade.

III- O tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado para serviço militar obrigatório será computado no período aquisitivo, desde que ele compareça ao estabelecimento dentro de 90(noventa) dias da data em que se verificar a respectiva baixa.

IV- Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido dentro de 30(trinta) dias subsequentes à sua saída.

V- Para a conversão de 1/3 do período de férias coletivas em abono pecuniário, deverá haver acordo coletivo entre o empregador e o sindicato da categoria profissional, não dependendo de requerimento individual.

Agora responda:

- a) as assertivas I, II, III, IV, e V estão erradas;
- b) apenas as assertivas III, IV e V estão erradas;
- c) apenas as assertivas III e V estão corretas;
- d) apenas a assertiva III está correta;
- e) as assertivas I, II e IV estão corretas.

2. A respeito das jornadas especiais de trabalho previstas na CLT, assinale a alternativa correta:

- a) a duração normal do trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes não excederá de 4(quatro) horas diárias;
- b) no serviço ferroviário, será computado como de trabalho efetivo todo o tempo que o empregado de qualquer categoria gastar em viagens do local ou para o local de terminação e início dos mesmos serviços;
- c) a duração normal do trabalho efetivo em minas

de subsolo poderá ser elevada em até duas horas diárias, nos casos de força maior devidamente comprovada pelo empregador;

d) os tripulantes das embarcações da marinha mercante nacional, entre as horas 0 (zero) e 24(vinte e quatro) de cada dia civil, poderão ser conservados em seu posto durante 8(oito) horas apenas de modo contínuo e não intermitente;

e) no caso dos empregados sujeitos a horários variáveis nos serviços de telefonia, telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelegrafia, fica estabelecida a duração máxima de 7(sete) horas diárias de trabalho e 17(dezessete) horas de folga, deduzindo-se desse tempo 20(vinte) minutos para descanso de cada um dos empregados, no caso de esforço contínuo de mais de 3(três) horas.

3. A respeito do intervalo intrajornada, assinale a alternativa incorreta à luz da CLT:

a) para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas, depois de 1(uma) hora e 40(quarenta) minutos de trabalho contínuo será assegurado um período de 20(vinte) minutos de repouso, não computado esse intervalo como de trabalho efetivo;

b) no trabalho em minas de subsolo, em cada período de 3(três) horas consecutivas de trabalho, será obrigatória uma pausa de 15(quinze) minutos para repouso, que será computada na duração normal de trabalho efetivo;

c) no caso dos ferroviários, a regra geral é que o tempo concedido para refeição não será computado como de trabalho efetivo;

d) para os bancários que laboram em jornadas de seis horas, será assegurado um intervalo para refeição de 15(quinze) minutos, não computado na jornada de trabalho;

e) nos serviços permanentes de mecanografia, a cada período de 90(noventa) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10(dez) minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

4. Indique a alternativa correta:

- a) no trabalho noturno da mulher a hora tem duração de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30(trinta) segundos e será remunerada com adicional de 25%;

b) para amamentar o próprio filho, até que este complete 01 (um) ano de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais de 20 (vinte) minutos cada um;

c) em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, haverá repouso remunerado de 4(quatro) semanas, com direito ao retorno à mesma função antes desempenhada;

d) as empresas com mais de 100(cem) empregados de ambos os sexos deverão manter programas especiais de incentivo e aperfeiçoamento profissional da mão-de-obra;

e) em nenhuma hipótese será permitido publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo.

5. A respeito da responsabilidade solidária e subsidiária e considerando as orientações jurisprudenciais do TST, assinale a alternativa incorreta:

a) diante da inexistência de previsão legal, o contrato de empreitada entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora;

b) o Estado-membro é sempre responsável subsidiário pelos encargos trabalhistas dos empregados contratados pela Associação de Pais e Mestres;

c) celebrado contrato de concessão de serviço público em que uma empresa (primeira concessionária) outorga a outra (segunda concessionária), no todo ou em parte, mediante arrendamento ou qualquer outra forma contratual, a título transitório, bens de sua propriedade, a responsabilidade pelos direitos dos trabalhadores será exclusivamente da antecessora, no tocante aos contratos de trabalho extintos antes da vigência da concessão;

d) o sucessor não responde solidariamente por débitos trabalhistas de empresa não adquirida, integrante do mesmo grupo econômico da empresa sucedida, quando, à época, a empresa devedora direta era solvente ou idônea economicamente, ressalvada a hipótese de má-fé ou fraude na sucessão;

e) em caso de criação de novo município por desmembramento, cada uma das novas entidades responsabiliza-se pelos direitos trabalhistas do empregado no período em que figurarem como real empregador.

6. A respeito da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho e considerando os termos da legislação, assinale a alternativa correta:

a) nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes, será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação;

b) a suspensão do empregado por mais de 30(trinta) dias, consecutivos ou não, importará rescisão injusta do contrato de trabalho;

c) o contrato de trabalho poderá ser suspenso por um período de 2(dois) a 5(cinco) meses para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo, sem necessidade de aquiescência formal do empregado;

d) o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até 2(dois) dias, desde que consecutivos, para o fim de se alistar eleitor;

e) o empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante todo o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.

7. A respeito das estabilidades provisórias, indique a alternativa que não representa o entendimento majoritário do TST:

a) a estabilidade do cipeiro não subsiste em caso de extinção do estabelecimento, por não constituir vantagem pessoal;

b) o empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente;

c) o ajuizamento de ação trabalhista após decorrido o período de garantia de emprego configura abuso do exercício do direito de ação, não sendo devida a indenização desde a dispensa até a data do término do período estabilitário;

d) preenchidos os pressupostos para a aquisição de estabilidade decorrente de acidente ou doença profissional, ainda durante a vigência do instrumento normativo, goza o empregado de estabilidade mesmo após o término da vigência deste;

e) a lei assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de cooperativas, não abrangendo os suplentes.

8. Considerando os termos da legislação, analise as assertivas abaixo formuladas.

I- O regime previsto no capítulo que trata da duração do trabalho será aplicável aos gerentes, diretores e chefes de departamento, quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, for igual ou inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40%.

II- No caso de força maior ou causa acidental, havendo interrupção do trabalho, tornando impossível a realização, sua duração poderá ser prorrogada pelo tempo necessário, até 2(duas) horas, durante no máximo 30(trinta) dias por ano, desde que não exceda 10(dez) horas diárias, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.

III- Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração.

IV- A lei não veda a prestação de horas-extras do empregado contratado sob o regime de tempo parcial.

V- Considera-se trabalho a tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 25 (vinte e cinco) horas semanais, sendo devido salário proporcional à jornada, em relação aos empregados que cumprem nas mesmas funções tempo integral.

Agora responda:

- a) as assertivas I, II, III, IV e V estão erradas;
- b) as assertivas III e V estão corretas;
- c) as assertivas I, II, III e IV estão erradas;
- d) a assertiva II está errada;
- e) apenas a assertiva I está correta.

9. A respeito do tema da equiparação salarial, assim se posiciona a jurisprudência predominante do TST:

I- Nas hipóteses de equiparação salarial em caso de trabalho igual, conta-se o tempo no serviço e não na função.

II- É admissível a equiparação de trabalho intelectual.

III- O ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial é do empregador.

IV- O conceito de mesma localidade a que se refere o artigo 461 da CLT não abrange municípios distintos que pertençam à mesma região metropolitana.

V- É necessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.

Agora responda:

- a) a assertiva I está correta;
- b) a assertiva IV está correta;
- c) as assertivas I, II, IV e V estão incorretas;
- d) as assertivas I, II, III e IV estão corretas;
- e) as assertivas II e III estão corretas.

10. A respeito do contrato de estágio e considerando a legislação em vigor, analise as seguintes assertivas.

I- A carga horária máxima para os estudantes de curso de nível superior é de 5 (cinco) horas por dia e 30 (trinta) horas semanais.

II- Pressupõe a existência de compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as atividades escolares.

III- Demanda frequência do estagiário a curso regular e seu acompanhamento efetivo pela instituição de ensino, além de supervisão realizada pela parte concedente.

IV- A legislação é inaplicável aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no Brasil, autorizados ou reconhecidos.

V- A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Agora responda:

- a) as assertivas II, III e V estão corretas;
- b) as assertivas II, III e IV estão corretas;
- c) as assertivas III, IV e V estão corretas;
- d) as assertivas I, II, III, IV e V estão corretas;
- e) as assertivas I, II, III, IV e V estão incorretas.

11. A respeito do adicional de periculosidade, analise as assertivas sob a ótica da jurisprudência predominante do TST.

I- O empregado exposto apenas de forma intermitente a condições de risco não faz jus ao recebimento de adicional de periculosidade.

II- A exposição do empregado à radiação ionizante ou à substância radioativa não enseja a percepção de adicional de periculosidade.

III- É assegurado aos empregados que trabalhem em sistema elétrico de potência em condições de risco, ou que o façam com equipamentos e instalações elétricas similares, que ofereçam risco equivalente, desde que tal não ocorra em unidade consumidora de energia elétrica.

IV- É sempre devido aos empregados cabistas, instaladores e reparadores de linha de telefonia, porque submetidos a condições de risco.

V- É devido quando o contato com o perigo ocorre de forma habitual, ainda que por tempo extremamente reduzido, porque o infortúnio não tem hora para acontecer.

Agora responda:

- a) as assertivas I e V estão corretas;
- b) as assertivas I, III e V estão corretas;
- c) as assertivas I, III e IV estão corretas;
- d) as assertivas I, II, III, IV e V estão corretas;
- e) as assertivas I, II, III, IV e V estão incorretas.

12. A respeito do trabalho avulso, é incorreto afirmar que:

- a) pode ser contratado por intermédio de órgão gestor de mão de obra;
- b) pode ser contratado por intermédio de entidade sindical;
- c) há previsão expressa em lei quanto à responsabilização subsidiária das empresas tomadoras do serviço em relação à remuneração do trabalhador e aos recolhimentos fiscais e sociais;

d) há previsão expressa em lei quanto à responsabilização solidária do operador portuário e o intermediador pelo pagamento dos encargos trabalhistas, das contribuições previdenciárias e demais obrigações;

e) pode ser caracterizado tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais.

13. A respeito da rescisão indireta do contrato de trabalho, indique a alternativa incorreta:

a) pode ser caracterizada quando o empregador, ou seus prepostos, praticar ato lesivo à honra e boa fama do trabalhador ou de pessoa de sua família;

b) o pagamento dos salários atrasados em primeira audiência ilide a mora capaz de configurá-la;

c) pode ser caracterizada pela redução considerável do trabalho do empregado remunerado por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente o valor do salário;

d) a mora contumaz é conceito previsto em legislação vigente e pressupõe atraso ou sonegação de salários devidos aos empregados por período igual ou superior a três meses, sem motivo grave ou relevante, excluídas as causas pertinentes ao risco do empreendimento;

e) pode ser caracterizada quando o empregador, ou seus prepostos, praticar ofensas físicas contra o empregado, salvo em caso de legítima defesa própria ou de terceiros.

14. A respeito da alteração contratual e considerando a jurisprudência do TST, analise as seguintes assertivas.

I- Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrentes de alteração do pactuado, a prescrição é parcial, inclusive quando o direito à parcela esteja assegurado por lei.

II- Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrentes de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

III- A redução da carga horária do professor, em razão da diminuição do número de alunos, constitui alteração ilícita do contrato de trabalho.

IV- É suscetível de operar a prescrição total da ação nas hipóteses de supressão de comissões ou alteração quanto à forma ou percentual, em prejuízo do empregado.

V- As cláusulas regulamentares que revoguem vantagens deferidas anteriormente só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação, não surtindo o mesmo efeito quando se tratar de alteração do regulamento.

Agora responda:

- a) as assertivas II, III e V estão corretas;
- b) as assertivas II e IV estão corretas;
- c) as assertivas II e V estão corretas;
- d) as assertivas I, II, III e IV estão erradas;
- e) as assertivas I, II, III e V estão corretas.

15. Assinale a alternativa correta:

- a) o empregado eleito para o cargo de administração sindical tem direito à estabilidade conferida ao dirigente sindical, ainda que sua candidatura tenha sido registrada no decorrer do aviso prévio;
- b) o empregado eleito para o cargo de administração sindical tem direito à estabilidade conferida ao dirigente sindical, mesmo na hipótese de extinção do estabelecimento no âmbito da base territorial do sindicato;
- c) o direito à estabilidade do dirigente sindical prescinde da comunicação, pela entidade sindical, do registro da candidatura do empregado ao empregador;
- d) o direito à garantia de emprego conferida à empregada gestante prescinde da prévia ciência do estado gestacional pelo empregador;
- e) na hipótese de rescisão antecipada do contrato de experiência, a empregada gestante detém garantia de emprego.

16. A respeito do salário utilidade e considerando a jurisprudência dominante do TST, analise as seguintes assertivas.

I- O veículo fornecido pelo empregador ao empregado, quando indispensável à realização do trabalho, não tem natureza salarial, ainda que seja também utilizado em atividades particulares.

II- O veículo fornecido pelo empregador ao empregado para a realização do trabalho será sempre considerado salário utilidade, desde que seja também utilizado em atividades particulares.

III- A apuração do salário *in natura* é sempre realizada com base no real valor da utilidade.

IV- A ajuda alimentação fornecida por empresa participante do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT – não integra o salário para nenhum efeito legal.

V- O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado para todos os efeitos legais.

Agora responda:

- a) as assertivas I e III estão corretas;
- b) as assertivas II e IV estão corretas;
- c) as assertivas III e IV estão corretas;
- d) as assertivas I, IV e V estão corretas;
- e) apenas a assertiva I está correta.

17. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o contrato de experiência é uma espécie de contrato por prazo determinado e pode ser prorrogado, desde que respeitado o tempo máximo de 90 (noventa) dias;
- b) o contrato que suceder, dentro de 6 (seis) meses, a outro contrato por tempo determinado, deve ser considerado como contrato por tempo indeterminado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos;
- c) os contratos de técnicos estrangeiros, domiciliados no exterior, para a realização de serviços especializados no Brasil, em caráter provisório e com estipulação de salários em moeda estrangeira, podem ser realizados por prazo indeterminado;
- d) as atividades empresariais de caráter transitório justificam a contratação de trabalhadores por prazo determinado;
- e) aplica-se ao trabalhador optante pelo regime jurídico do FGTS admitido mediante contrato por prazo determinado, quando dispensado antes de seu termo, a indenização prevista no art. 479, da CLT, ou seja, a metade da remuneração que seria devida até o final do contrato.

18. Considerando a jurisprudência dominante do TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) o empregado contratado para cumprir jornada de 6 (seis) horas e que pratica habitualmente hora extra faz jus ao intervalo de uma hora;

b) o servente contratado para trabalhar 5 (cinco) horas por dia, mas que pratica habitualmente uma hora extra, tem direito a 15 (quinze) minutos de intervalo;

c) o rurícola tem direito ao intervalo mínimo de uma hora, ainda que peculiar o costume da localidade na qual se ative, no tocante aos horários de alimentação e descanso;

d) é válida a norma coletiva que reduz o intervalo para refeição do motorista de ônibus, ainda quando submetido à prorrogação habitual de sua jornada de trabalho;

e) não concedido integralmente o intervalo interjornada, são devidas as horas não usufruídas, com adicional de horas extras e reflexos nas demais verbas decorrentes do contrato de trabalho.

19. Carlos Manforte, auxiliar de manutenção de sociedade de economia mista, admitido por concurso, integra o conselho fiscal de seu sindicato de classe, na diretoria eleita para o biênio 2009/2011. Com a transferência de colega de trabalho para outra localidade, em junho de 2010, foi guindado à condição de delegado sindical. Pré-avisado de sua dispensa em dezembro de 2010, pretende evitá-la. Entende ser portador de garantia de emprego. Aponte a alternativa correta com relação à situação do trabalhador, observada a jurisprudência sedimentada no TST:

a) sua estabilidade foi adquirida em face do concurso público prestado há mais de cinco anos;

b) só pode ser demitido ao final do período da estabilidade conferida aos dirigentes, tendo em vista sua atuação no conselho fiscal da entidade sindical;

c) só pode ser demitido ao final do período da estabilidade conferida aos dirigentes, tendo em vista sua condição de delegado sindical;

d) não há nenhum obstáculo à sua dispensa;

e) nenhuma das alternativas anteriores.

20. Tem direito a diferenças salariais:

a) o servidor público que recebe salário-base inferior ao mínimo legal, mas que auferir adicional de insalubridade que eleva o valor de sua remuneração para patamar superior ao mínimo;

b) o servidor público que recebe gratificações e outras vantagens calculadas apenas sobre o

vencimento básico inferior ao salário mínimo e que auferir abono para complementar sua remuneração;

c) o empregado admitido em 2000, que passa a trabalhar com outro, melhor remunerado, admitido em 1997, a partir do momento em que ambos passam a desempenhar uma nova e idêntica função, na mesma data, com a mesma perfeição técnica e produtividade;

d) o empregado admitido em 2000, que trabalha com outro, melhor remunerado, em igualdade de condições, admitido em 1997, no momento em que ambos passam a desempenhar a mesma função, na qual o segundo foi alocado em face de reabilitação decorrente de doença degenerativa;

e) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

21. Bill Sagaz Jobs, escriturário contratado por instituição bancária para realizar o atendimento ao público, criou programa de computador que produziu avanço inegável para o empregador e foi utilizado em todo o território nacional, com geração de lucros. Assinale a alternativa correta:

a) comprovada a autoria, a novidade, bem como a utilização lucrativa do invento, está assegurada ao empregado justa remuneração;

b) não há direito a diferenças salariais, porque o programa foi desenvolvido no tempo destinado ao trabalho, já quitado pelo salário contratado;

c) só haverá direito a diferenças salariais se o empregado provar que atuou nas mesmas condições daqueles alocados na área de tecnologia da informação, melhores remunerados;

d) o empregado, quando dispensado, tem direito a retirar o programa dos computadores e negociá-lo com outros possíveis usuários;

e) é garantido ao empregado o direito exclusivo de licença de exploração no curso do contrato.

22. O empregado remunerado por salário misto (fixo e comissões), que trabalha em jornada alentada e não usufrui o direito ao intervalo intrajornada, deve receber:

a) apenas adicional devido para o labor extraordinário, nele inserido o período destinado ao intervalo não usufruído, tudo apurado pelo divisor correspondente ao número de horas efetivamente laboradas;

b) adicional de horas extras, calculado sobre as comissões pagas; horas extras (hora e adicional), com relação ao salário fixo, para as trabalhadas além da jornada legal e intervalo para refeição, este último não incluído nos pagamentos ora indicados;

c) apenas o adicional devido para o labor extraordinário, calculado sobre a integralidade da remuneração auferida;

d) apenas o intervalo não usufruído, calculado sobre o tempo efetivamente laborado;

e) horas extras, calculadas sobre a integralidade da remuneração, direito que já abrange o intervalo para refeição não usufruído.

23. A respeito dos direitos trabalhistas conferidos ao empregado doméstico, analise as seguintes assertivas.

I- Considera-se empregado doméstico aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas, estando excluídos do conceito os que, nas mesmas condições, exercem funções que dependem de qualificação, como, por exemplo, o técnico em enfermagem.

II- O empregador doméstico poderá descontar as despesas com moradia quando essa se referir a local diverso da residência em que ocorrer a prestação de serviço, e desde que essa possibilidade tenha sido expressamente acordada entre as partes.

III- O empregado doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias com, pelo menos, 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, após cada período de 12 (doze) meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família.

IV- É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.

V- Aplicam-se ao trabalho doméstico todas as hipóteses de rescisão por justa causa, cometidas pelo empregado, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.

Agora responda:

- a) a assertiva I está correta;
- b) a assertiva II está incorreta;

c) apenas as assertivas I e III estão corretas;

d) apenas a assertiva V está correta;

e) as assertivas II, III e IV estão corretas.

24. A respeito da jornada de trabalho, considerando a lei e a jurisprudência dominante, analise as seguintes assertivas.

I- Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto, observado o limite máximo de quinze minutos diários.

II- O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.

III- Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 1 (um) ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

IV- Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, havendo regular adoção de banco de horas, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração devida à época da prestação das horas extras, devidamente atualizada.

V- Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", ou que neles venham a ser incluídas por ato do Ministro do Trabalho e Previdência Social, fica vedada a exigência de cumprimento de horas extras, salvo comunicação expressa feita pelo empregador ao sindicato representativo da categoria profissional, com antecedência de quinze dias.

Agora responda:

- a) apenas a assertiva I está incorreta;
- b) as assertivas I, II, III, IV e V estão incorretas;
- c) as assertivas I, II, III, IV e V estão corretas;
- d) as assertivas I, IV e V estão incorretas;
- e) apenas a assertiva IV está correta.

25. Helena Sale iniciou a prestação de serviços como empregada em 05/10/2009, exercendo a função de balconista em empresa do setor de comércio varejista. Solicitou demissão em 05/08/2010. Observadas tais premissas, assinale a alternativa correta:

- a) não fará jus às férias proporcionais acrescidas de 1/3, considerando que a extinção do contrato deu-se por sua iniciativa e antes de completado o primeiro período aquisitivo de férias;
- b) o empregador poderá efetuar o desconto do período de aviso prévio caso não seja pré-avisado da rescisão com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) no curso do aviso prévio, a empregada poderá arrepender-se de seu ato e, nessa hipótese, o empregador deverá reconsiderar a comunicação, em razão do princípio da continuidade, afeto às relações laborais;
- d) o direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregador, salvo na hipótese de existir, na mesma empresa, empregado que possa exercer a função;
- e) não fará jus à gratificação natalina, considerando que a extinção do contrato deu-se por iniciativa da empregada e antes de completado o primeiro ano de experiência.

26. Assinale a alternativa correta:

- a) ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, independentemente do cargo exercido, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio;
- b) a previsão contratual de transferência exclui a necessidade de comprovação da real necessidade de serviço, bem como o direito ao adicional salarial;
- c) não é ilícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado;
- d) em caso de necessidade de serviço o empregador poderá transferir empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, estando dispensado do pagamento de adicional de transferência;

e) as despesas resultantes da transferência correrão por conta do empregador, salvo na hipótese de empregado detentor de função de confiança.

27. A respeito das normas que tratam de segurança e medicina do trabalho, assinale a alternativa incorreta:

- a) compete às empresas instruir os empregados, por meio de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes ou doenças ocupacionais;
- b) compete aos empregados colaborar com a empresa na aplicação de ordens de serviço que tratem de segurança e medicina do trabalho;
- c) constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada à observância das ordens de serviço expedidas pelo empregador destinadas à prevenção de acidentes e doenças;
- d) nenhum estabelecimento poderá iniciar suas atividades sem prévia inspeção e aprovação das respectivas instalações pela autoridade regional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho;
- e) é prescindível o registro, pelo empregador, do fornecimento de equipamentos de proteção individual ao trabalhador.

28. A respeito do trabalho rural, assinale a alternativa incorreta:

- a) é considerado trabalhador urbano o motorista que se ative em empresa preponderantemente rural, porque, embora não enfrente o trânsito das estradas e cidades, certo é que a Constituição Federal equiparou os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais;
- b) considera-se contrato de safra o que tenha sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrária;
- c) na pecuária, considera-se noturno aquele executado entre as 20 (vinte) horas de um dia e as 4 (quatro) horas do dia subsequente;
- d) na atualidade, o salário-família é devido aos trabalhadores rurais;
- e) a não concessão total ou parcial do intervalo intrajornada ao trabalhador rural acarreta o pagamento do período total, acrescido do respectivo adicional.

29. A respeito do trabalho em regime de revezamento, assinale a alternativa incorreta:

- a) faz jus à jornada especial de 6 (seis) horas diárias o trabalhador que exerce suas atividades em sistema de alternância de horários, ainda que em dois turnos de trabalho, que compreendam, no todo ou em parte, o horário diurno e o noturno;
- b) a interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, não descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 (seis) horas previsto no art. 7º, XIV, da CF/1988;
- c) estabelecida jornada superior a 6 (seis) horas e limitada a 8(oito) horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras;
- d) no regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 (vinte e quatro) horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional;
- e) o trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento é incompatível com o cômputo reduzido da hora noturna.

30. Em 24.10.2010, o empregador dispensa, sem justa causa, o empregado admitido em 14.06.2008. Determina que, a partir da comunicação da dispensa, cumpra o período de aviso prévio em casa. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o prazo para pagamento das verbas rescisórias é até o décimo dia da comunicação da dispensa;
- b) o empregado terá direito a 11/12 de décimo terceiro salário proporcional;
- c) o empregado, que jamais teve férias, terá direito a férias em dobro, vencidas e proporcionais, estas últimas de 05/12, todas acrescidas de um terço;
- d) caso sejam pagos os valores devidos um dia após o término do aviso prévio concedido, o empregado fará jus à multa prevista no art. 477, da CLT;
- e) o FGTS relativo ao mês imediatamente anterior ao da rescisão do contrato não observa, quanto à data limite de depósito, o prazo previsto no art. 477 da CLT.

31. Assinale a alternativa incorreta:

- a) admite-se o contrato a termo nas hipóteses de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, nas atividades empresariais de caráter transitório e no contrato de experiência;
- b) o contrato de trabalho por prazo determinado previsto na CLT poderá ser prorrogado por mais de uma vez, desde que não ultrapasse os prazos previstos no artigo 445 da CLT, a saber, 90 (noventa) dias para o contrato de experiência e 2 (dois) anos para as demais hipóteses.
- c) o contrato por prazo indeterminado produz efeitos jurídicos distintos em relação aos contratos a termo no que concerne à interrupção e suspensão do contrato de trabalho;
- d) em caso de vacância definitiva do cargo anteriormente ocupado por quem se aposenta, o novo ocupante não terá direito a salário igual ao percebido pelo seu antecessor;
- e) enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

32. Assinale a alternativa incorreta:

- a) serviço voluntário é a atividade não remunerada prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza ou à instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade, mediante celebração de termo de adesão entre as partes, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício;
- b) o serviço voluntário não gera obrigação de natureza trabalhista, mas o prestador de serviço poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias, desde que expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço;
- c) em virtude da personalidade atávica à figura do empregado e da impessoalidade inerente à figura do empregador, em regra, a transferência da titularidade de empresa ou estabelecimento não afeta o contrato de trabalho, excepcionada a hipótese de existência de cláusula expressa de não responsabilização trabalhista, estabelecendo que o

alienante responderá por todos os débitos trabalhistas até a data da transferência, sem responsabilização do adquirente;

d) o trabalhador, para ser aprendiz, deve ter entre 14 (quatorze) e 24 (vinte e quatro) anos, salvo nos casos de portadores de deficiência que podem ter seus contratos, inclusive, formulados por prazo superior a dois anos;

e) na hipótese de rompimento da relação de emprego por ato discriminatório do empregador, como instigamento à esterilização genética, a legislação trabalhista prevê a possibilidade de a empregada perceber em dobro a remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

33. A respeito das Comissões de Conciliação Prévia, assinale a alternativa correta:

a) as empresas e os sindicatos podem instituí-las, ficando vedada a sua constituição em caráter intersindical;

b) existindo na mesma localidade e para a mesma categoria comissão de empresa e sindical, o interessado deverá submeter a sua demanda perante a comissão sindical;

c) o termo de conciliação tem eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas;

d) têm garantia de emprego apenas os seus membros titulares, até um ano após o final do mandato;

e) o prazo prescricional do direito de ação será interrompido a partir de sua provocação.

Direito Coletivo do Trabalho

34. Analise as seguintes assertivas.

I- É dever do sindicato colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social.

II- A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica.

III- A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar

compreendida como categoria profissional.

IV- O artigo 8º da Constituição Federal, que trata da livre associação profissional ou sindical, aplica-se à organização de sindicatos rurais, mas não às colônias de pescadores.

V- Os sindicatos de empregadores têm o dever de fundar e manter escolas de alfabetização aos filhos de seus associados.

Agora responda:

a) as assertivas I, II, III, IV e V são corretas;

b) apenas as assertivas IV e V são incorretas;

c) as assertivas I, II, III e IV são corretas;

d) as assertivas I, IV e V são corretas;

e) apenas a assertiva I é incorreta.

35. Assinale a alternativa correta:

a) para o fim de deliberar sobre o acordo coletivo de trabalho, a entidade sindical convocará assembleia geral dos diretamente interessados, desde que associados;

b) são deveres dos sindicatos das categorias profissionais e econômicas manter serviço de assistência judiciária aos seus associados e promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito;

c) os sindicatos poderão ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais;

d) dentre as prerrogativas dos sindicatos está a sua colaboração com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;

e) não é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

36. A respeito da regulamentação do direito de greve, assinale a alternativa correta:

a) durante a greve é vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento, a não ser em casos excepcionais e específicos definidos em lei;

b) o empregador não está impedido de proceder a contratações de empregados substitutos durante a greve em alguns casos previstos na lei;

c) compete exclusivamente aos empregados interessados convocar assembleia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação da prestação de serviços;

d) na greve em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da paralisação;

e) a lei de greve considera serviços ou atividades essenciais o controle de tráfego aéreo, o processamento de dados no geral, o transporte coletivo, a captação e tratamento de esgoto e lixo e os serviços funerários.

37. Considerando o teor das orientações jurisprudenciais do TST, assinale a alternativa correta:

a) dependendo da situação, pode ser compatível com a declaração de abusividade de movimento grevista o estabelecimento de vantagens a seus partícipes;

b) após a promulgação da Constituição Federal, a comprovação da legitimidade *ad processum* da entidade sindical se faz por seu registro no cartório de registro de pessoas jurídicas;

c) após a promulgação da Constituição Federal, as categorias diferenciadas são reconhecidas como tais por decisão judicial;

d) as pretensões de provimento judicial de arresto, apreensão ou depósito são compatíveis com a natureza e finalidade do dissídio coletivo;

e) o dissídio coletivo de natureza jurídica não se presta à interpretação de normas de caráter genérico.

38. Em relação à negociação e à ação coletiva trabalhista, com base na legislação aplicável e no entendimento majoritário do TST, assinale a alternativa correta:

a) as condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho, dada a especificidade do ajuste;

b) as modificações introduzidas em convenção coletiva ou acordo, por força de revisão de suas cláusulas, passarão a vigorar 3 (três) dias após o depósito no órgão competente;

c) a apresentação em forma clausulada e fundamentada das reivindicações da categoria não é pressuposto indispensável à constituição válida e regular da ação coletiva;

d) para a validade de acordo coletivo ou convenção coletiva de compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre é necessária a prévia inspeção da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho;

e) as federações e, na falta destas, as confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, salvo as não organizadas em sindicatos.

Direito Administrativo

39. Saulo Dores da Costa, técnico de enfermagem, após aprovação em concurso público na sua área profissional, passou a integrar o quadro de servidores do Hospital da Saúde, sociedade de economia mista. Insatisfeito com a remuneração, prestou novo certame, foi aprovado e admitido, sem desvinculação do emprego anterior, no Instituto de Radiologia Bom dos Ossos, empresa pública, para exercer o emprego de técnico em radiologia. Assinale a alternativa correta:

a) a segunda contratação é ilegal, em face da vedação constitucional à acumulação de cargos, empregos e funções públicas;

b) a segunda contratação é legal, porque a proibição constitucional de acumulação de cargos, empregos e funções públicas não abrange as sociedades de economia mista;

c) a segunda contratação é legal, porque a proibição constitucional de acumulação de cargos, empregos e funções públicas não abrange empresas públicas;

d) observada a compatibilidade de horários e não excedido o teto salarial, a segunda contratação é legal, porque adequada à possibilidade constitucional de acumulação de cargos, empregos e funções públicas;

e) a despeito da compatibilidade de horários e da observância do teto salarial, a segunda contratação é ilegal, porque as profissões são incompatíveis

com a possibilidade constitucional de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

40. A respeito das autarquias, assinale a alternativa correta:

- a) são integrantes da administração pública indireta; possuem personalidade de direito privado e autonomia administrativa e financeira;
- b) sujeitam-se à obrigação de contratar pessoal efetivo mediante concurso público e as condenações que lhes forem impostas vinculam-se à regra do duplo grau de jurisdição obrigatório, quando superarem 60 (sessenta) salários mínimos;
- c) têm como prerrogativa processual o prazo em quádruplo para recorrer e em dobro para contestar;
- d) são entidades sujeitas ao controle dos Tribunais de Contas, ao contrário das sociedades de economia mista;
- e) são entidades com prerrogativas processuais, as mesmas aplicáveis às fundações públicas e empresas públicas.

41. Luscar Amello, confeiteiro concursado da Companhia de Alimentação do Bom Prato, sociedade de economia mista, foi imotivadamente dispensado após 10 anos de dedicação ao emprego. O novo presidente da empresa, pretendendo realizar outro concurso público e admitir pessoas mais alinhadas com os seus projetos políticos, assinalou, quando da dispensa, que ela se operava em função de cortes orçamentários. Assinale a alternativa correta:

- a) o ato pode ser revogado pelo Poder Judiciário, com efeito *ex tunc*, porque o empregado é detentor de estabilidade;
- b) o ato pode ser revogado pelo próprio administrador público, porque o empregado é detentor de estabilidade;
- c) o ato pode ser anulado pelo Poder Judiciário, porque o empregado é detentor de estabilidade;
- d) o ato pode ser revogado pelo Poder Judiciário por se tratar de um ato discricionário;
- e) o ato prescinde de motivação, mas deve ser anulado pelo administrador ou pelo Poder Judiciário quando verificada a ausência de correspondência entre os motivos espontaneamente apresentados para justificá-lo e a realidade constatada.

42. A respeito da responsabilidade civil da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) a teoria do risco administrativo não admite as causas excludentes da responsabilidade do Estado, tais como a culpa exclusiva da vítima ou a força maior;
- b) a norma constitucional vigente consagra a responsabilidade objetiva do Estado e a responsabilidade subjetiva do agente público;
- c) a responsabilidade objetiva da administração pública prescinde da comprovação do dano e do nexo causal;
- d) apenas as pessoas jurídicas de direito público respondem, objetivamente, pelos danos decorrentes da atuação de seus agentes;
- e) todas as pessoas jurídicas integrantes da administração pública indireta respondem, objetivamente, pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros.

43. São considerados atributos dos atos administrativos os seguintes, exceto:

- a) finalidade;
- b) presunção de legitimidade;
- c) autoexecutoriedade;
- d) imperatividade;
- e) tipicidade

44. Considerando as hipóteses de exercício, pelo servidor público, de mandato eletivo, assinale a alternativa correta:

- a) o servidor público investido no mandato de prefeito será afastado de seu cargo, emprego ou função e sua remuneração deverá ser a do cargo eletivo;
- b) o servidor público eleito para mandato estadual não se afastará do cargo, emprego ou função;
- c) o servidor público investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
- d) nos casos de afastamento, o tempo de exercício do mandato eletivo será contado como de serviço para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento;
- e) o servidor público eleito para mandato distrital não se afastará do cargo, emprego ou função.

45. A legislação que trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de improbidade administrativa prevê as seguintes penalidades, exceto:

- a) perda da função pública;
- b) perda dos direitos políticos;
- c) perda de bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio;
- d) ressarcimento integral do dano, quando houver;
- e) proibição temporária de contratar com o poder público.

Direito Penal

46. A respeito do atual entendimento conferido pelo Supremo Tribunal Federal ao princípio da insignificância, assinale a alternativa incorreta:

- a) sua aplicação já justificou a extinção da punibilidade;
- b) trata-se de princípio já aplicado pela Corte quando mínima a ofensividade da conduta, inexistente a periculosidade social do ato, reduzido o grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressiva a lesão provocada;
- c) trata-se de princípio aplicado a despeito de restar patente a existência da tipicidade formal;
- d) trata-se de princípio já aplicado quando as condições que circundam o delito dão conta da sua singeleza, miudeza e não habitualidade;
- e) sua aplicação jamais justificou a extinção da ação penal.

47. Comete o crime de sonegação de contribuição previdenciária quem suprime ou reduz contribuição previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas, exceto:

- a) omite da folha de pagamento valor do salário pago a empregado;
- b) não informa à Previdência Social pagamento realizado a trabalhador avulso que lhe presta serviço;
- c) não informa à Previdência Social pagamento realizado a trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe presta serviço;
- d) não anota a Carteira de Trabalho e Previdência Social de empregado;

e) deixa de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos empregados.

48. João da Boavontade anotou a carteira de trabalho e previdência social de sua tia Maria Anúnciação do Socorro, que, na verdade, jamais trabalhou ou foi sua empregada. Passou a efetuar o recolhimento das contribuições previdenciárias, tanto daquelas devidas pela empregada, quanto das devidas pelo empregador. Pretendia, somente, permitir à irmã de sua mãe que passasse a receber benefício previdenciário no momento a partir do qual fossem preenchidos os requisitos legais. É mais correto asseverar, na hipótese tratada, que:

- a) João cometeu crime de falsificação de documento particular, sendo que as características da falsificação não interferem no exame da tipicidade;
- b) a pena prevista para o crime cometido por João é a de reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa;
- c) a pena prevista para o crime cometido por João é a de detenção ou de multa, porque o crime tem menor potencial agressivo à previdência social;
- d) João cometeu crime de falsificação de documento particular, contudo, cuidando-se de falsificação grosseira, facilmente perceptível, não existe o delito;
- e) não há crime, porque as contribuições foram quitadas.

49. A respeito da reincidência, assinale a alternativa correta:

- a) nos termos da lei, ela sempre agrava a pena, mesmo quando qualifica o crime;
- b) não a caracteriza a condenação por crime político;
- c) não a caracteriza a condenação por crime praticado no estrangeiro;
- d) ela se caracteriza quando, em face do réu, há outros inquéritos policiais em curso;
- e) ela se caracteriza quando, em face do réu, há outras ações penais em curso.

50. Assinale a alternativa incorreta:

- a) reingresso de estrangeiro banido do território nacional é crime punido, somente, com expulsão do país;
- b) reingresso do estrangeiro expulso do território nacional é crime cometido contra a administração da justiça;
- c) comete fraude processual o empregador que modifica as condições do local do trabalho em momento anterior ao da diligência do perito, com o objetivo de que o profissional não verifique as condições perigosas às quais o reclamante estava submetido;
- d) o reclamado que oferece dinheiro ao perito para modificar o resultado de seu laudo, indicando a inexistência de condição perigosa de trabalho, submete-se à pena de reclusão de 03 (três) a 4 (quatro) anos e multa;
- e) o perito que presta declarações falsas no corpo do laudo, indicando a inexistência de condição perigosa de trabalho, submete-se à pena de reclusão de 01 (um) a 3 (três) anos e multa.

BLOCO II

Direito Processual do Trabalho

51. A respeito do tema execução em face da Fazenda Pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. Pagos tais valores durante o período em questão, não incidirão juros de mora;
- b) nas reclamações trabalhistas plúrimas, a aferição do que vem a ser obrigação de pequeno valor, para efeito de expedição de ofício requisitório, deve ser realizada considerando-se o crédito devido a cada reclamante;
- c) não publicada lei definidora do pequeno valor pelos Estados e Municípios, consideram-se, respectivamente, aqueles de até 40 (quarenta) e 30 (trinta) salários mínimos. O valor mínimo que a lei

- pode considerar é o do maior benefício do regime geral de previdência social;
- d) o exequente não pode renunciar a parcela do seu crédito para recebê-lo como verba de pequeno valor, para que não ocorra a inversão da ordem cronológica dos pagamentos;
- e) por força de emenda constitucional, foi possível aos Estados optar pelo parcelamento dos débitos oriundos de precatórios não oportunamente quitados.

52. Proferida sentença em reclamação trabalhista, um único título foi deferido: horas extras, no valor de R\$ 15.000,00. Realizada audiência de conciliação em execução, as partes se conciliaram. A executada se comprometeu a pagar ao exequente, para quitação do valor deferido na ação, R\$ 10.000,00, em duas parcelas de R\$ 5.000,00. Considerando a jurisprudência do TST, as contribuições previdenciárias são devidas:

- a) pelo valor do acordo formulado;
- b) pelo valor deferido na sentença;
- c) pelo valor das horas extras, que deixou de ser quitado no momento do trabalho prestado;
- d) pelo valor mensal das horas extras deferidas, agregado ao do salário pago, no momento da prestação dos serviços;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

53. A executada foi condenada a pagar diferenças de adicional de insalubridade, que o juízo entendeu que deveria ter sido calculado sobre a remuneração. A decisão transitou em julgado. Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante nº 4 e adotou o posicionamento de que, conquanto referido adicional não pudesse ser calculado sobre o salário mínimo, não é da competência do Poder Judiciário a fixação de sua base de cálculo. Citada para pagar, a executada depositou o valor para garantia do juízo, com a finalidade de apresentar sua irrisignação. Assinale a alternativa correta quanto ao procedimento a ser adotado:

- a) agravo de petição, no prazo de 8 (oito) dias contados da intimação da garantia do juízo, medida na qual poderá discutir todas as matérias vinculadas à liquidação e à execução;

b) embargos à execução, no prazo de 5 (cinco) dias contados da intimação da garantia do juízo, medida na qual só poderá alegar o cumprimento parcial da decisão e a incorreção do valor apurado em liquidação;

c) embargos à execução, no prazo de 05 (cinco) dias contados da garantia do juízo, medida na qual poderá alegar, entre outras matérias, a inexigibilidade do título judicial fundado em interpretação tida por incompatível com a Constituição pelo Supremo Tribunal Federal;

d) transitada em julgado a sentença, a executada só poderá questionar o valor apurado e fixado na sentença de liquidação, por meio de embargos à execução;

e) agravo de petição, no prazo de 8 (oito) dias contados da garantia do juízo, no qual só poderá impugnar a sentença de liquidação.

54. O juízo a quo deferiu a antecipação dos efeitos da tutela em sentença e determinou a imediata reintegração do trabalhador, independentemente do trânsito em julgado. A reclamada pretende buscar, de imediato, a suspensão da ordem de reintegração e, posteriormente, discutir o conteúdo da decisão. Assinale a primeira providência que deve adotar:

a) apresentar mandado de segurança;

b) apresentar ação cautelar;

c) apresentar o recurso ordinário, com preliminar de suspensão da decisão proferida;

d) apresentar mera petição ao protocolo do Tribunal, que será distribuída a um dos magistrados que se tornará prevento para análise do recurso a ser aviado;

e) nenhuma das alternativas anteriores.

55. A respeito do Ministério Público do Trabalho, assinale a alternativa incorreta:

a) tem atribuição de investigar irregularidades nas relações de trabalho, podendo fazê-lo de ofício ou quando do recebimento de denúncias;

b) pode instaurar inquérito civil, procedimento administrativo e inquisitivo;

c) sua investigação pode ensejar a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, título executivo extrajudicial, tendo competência para

executá-lo o Juiz do Trabalho da localidade onde a ação poderia ter sido proposta;

d) pode expedir recomendações;

e) trata-se do único órgão legitimado a apresentar a ação civil pública quando a discussão referir-se a meio ambiente do trabalho.

56. Assinale a alternativa incorreta:

a) a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 45/04;

b) a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada;

c) não compete ao Superior Tribunal de Justiça dirimir conflitos de competência entre juízes trabalhistas vinculados a Tribunais Regionais do Trabalho diversos;

d) não compete à Justiça do Trabalho executar contribuições previdenciárias decorrentes do vínculo empregatício que reconhecer, nos termos do que sedimentado em decisão do Supremo Tribunal Federal à qual foi concedida repercussão geral;

e) a Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições previdenciárias decorrentes das sentenças condenatórias e declaratórias que proferir, conforme entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho.

57. A respeito do ônus da prova e considerando a jurisprudência do TST, assinale a alternativa correta:

a) é da reclamada o ônus de provar a regularidade dos depósitos de FGTS quando o reclamante define o período nos quais não foram efetuados os depósitos e a reclamada alega a inexistência de diferenças;

b) incumbe ao empregador provar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis à obtenção do vale-transporte;

- c) o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviços e o despedimento, é do empregado, diante do princípio da continuidade da relação de emprego;
- d) a não apresentação injustificada dos controles de frequência pelo empregador que possui mais de 10 (dez) empregados gera a presunção absoluta de veracidade da jornada de trabalho informada na inicial;
- e) a presunção de veracidade da jornada de trabalho prevista em instrumento normativo não pode ser ilidida por prova em contrário.

58. A respeito da ação rescisória e considerando a jurisprudência do TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) é incabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação;
- b) a ação rescisória calcada em violação de lei não admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda;
- c) a sentença de mérito transitada em julgado pode ser rescindida quando houver fundamento para invalidar a confissão real;
- d) uma questão processual pode ser objeto de rescisão ainda que não consista em pressuposto de validade de uma sentença de mérito;
- e) os processos submetidos ao rito sumaríssimo são passíveis de corte rescisório.

59. São características exclusivas dos processos submetidos ao rito sumaríssimo, exceto:

- a) a interposição de recurso de revista só é viável por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta à Constituição da República, não se admitindo, portanto, tal recurso no caso de interpretação divergente, entre dois Tribunais, de lei federal;
- b) o Juízo adotará a decisão que reputar mais justa e equânime apenas na ausência de disposição legal ou contratual sobre a matéria;
- c) não admite a citação por edital e o número de testemunhas é limitado a 2 (duas) por parte;
- d) extingue-se a ação sem apreciação de seu mérito se não forem indicados os valores correspondentes aos pedidos formulados;

- e) não provado o convite à testemunha faltosa, o juiz indeferirá a redesignação da audiência.

60. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a ausência de recolhimento das custas, por parte das empresas em liquidação extrajudicial, não acarreta a deserção do recurso por ela interposto;
- b) em caso de condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita às demais, quando a empresa que o efetuou não pleiteia sua exclusão da lide;
- c) a fazenda pública, quando condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas pela empregadora principal, não se beneficia da limitação dos juros que normalmente lhe é aplicável;
- d) é desnecessário que a matéria veiculada no recurso adesivo seja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária;
- e) a isenção das custas previstas para os órgãos da administração pública direta e indireta que não explorem atividade econômica não alcança as entidades fiscalizadoras da atividade profissional.

61. Odracil Terracota, rurícola, ingressou com reclamação trabalhista, pelo rito ordinário, extinta com resolução de mérito, na origem, pelo acolhimento da prescrição, decretada em consonância com entendimento do TST. Recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho e obteve a reversão da decisão, com o afastamento da prescrição e determinação de baixa dos autos à origem, para produção de provas e prosseguimento do feito. Fixadas tais premissas, assinale a alternativa correta:

- a) da decisão do Tribunal Regional do Trabalho não cabe Recurso de Revista em razão de sua natureza interlocutória;
- b) a decisão é terminativa e, assim, cabe Recurso de Revista;
- c) a decisão é interlocutória e, ainda assim, poderá ensejar Recurso de Revista;
- d) a decisão é terminativa, mas dela cabe Correição Parcial por haver afrontado entendimento sedimentado no TST;
- e) a decisão é passível de impugnação via agravo de instrumento.

62. A respeito das custas processuais, assinale a alternativa incorreta:

- a) no processo de execução as custas são devidas, sendo pagas ao final, sempre de responsabilidade do executado;
- b) tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá solidariamente pelas custas devidas;
- c) ocorre deserção do recurso pelo recolhimento insuficiente das custas ainda que a diferença seja ínfima, referente a centavos;
- d) no caso de inversão do ônus da sucumbência em segundo grau, sem acréscimo ou atualização do valor das custas e se estas já foram devidamente recolhidas, descabe um novo pagamento pela parte vencida, ao recorrer;
- e) é necessária a outorga de poderes especiais ao patrono da causa para firmar declaração de insuficiência econômica, destinada à concessão dos benefícios da justiça gratuita.

63. A respeito das nulidades, assinale a alternativa incorreta:

- a) não serão pronunciadas quando não resultarem em prejuízo às partes litigantes e quando for possível suprir-lhes a falta ou repetir-se o ato;
- b) devem ser declaradas de ofício quando fundadas em incompetência material e podem ser declaradas pelo juiz, por provocação das partes, desde que não alegadas por quem lhes tiver dado causa;
- c) podem ser declaradas quando arguidas pelas partes na primeira oportunidade em que tiverem de falar nos autos ou em audiência;
- d) quando pronunciadas, prejudicarão os atos posteriores, bem como os anteriores que deles dependam;
- e) incumbe ao Juiz que as pronunciar também declarar os atos aos quais elas se estendem.

64. Assinale a alternativa correta:

- a) a fixação da competência territorial da ação civil pública deve ser estabelecida em função da extensão do dano causado ou a ser reparado, sendo certo que se este for de âmbito suprarregional, o foro é o do Distrito Federal;

b) é possível a regularização da representação processual na fase recursal em mandado de segurança quando se constata que a procuração outorgada a advogado confere poderes apenas e exclusivamente para ajuizamento de reclamação trabalhista;

c) a contagem do prazo decadencial para ajuizamento de mandado de segurança opera-se do efetivo ato coator, que corresponde àquele que ratificou a tese hostilizada;

d) a rejeição, na Vara do Trabalho, de exceção de incompetência em razão do lugar comporta interposição imediata de recurso;

e) a ação cautelar é o meio processual hábil a postular a concessão de efeito suspensivo a recurso interposto em mandado de segurança.

65. A respeito da validade do mandato e do substabelecimento, assinale a alternativa incorreta:

a) são válidos os atos praticados pelo substabelecido, ainda que não haja, no mandato, poderes expressos para substabelecer;

b) é válido o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda;

c) diante da existência de previsão, no mandato, fixando termo para sua juntada, o instrumento só tem validade se anexado ao processo dentro do aludido prazo;

d) a juntada da ata de audiência em que consignada a presença do advogado, ainda que verificada a irregularidade do mandato expresso, permite o conhecimento do agravo de instrumento porque configurado o mandato tácito;

e) a habilitação de profissional na OAB na condição de advogado, ocorrida entre o substabelecimento e a interposição de recurso, não valida os atos praticados no processo quando o profissional ainda figurava como estagiário.

66. A respeito do inquérito judicial para apuração da justa causa, assinale a alternativa incorreta:

a) é prescindível para a apuração de falta grave praticada por empregada gestante;

b) é imprescindível para a apuração de falta grave praticada por dirigente sindical;

- c) é imprescindível para a apuração de falta grave praticada por membro titular da CIPA;
- d) é prescindível para a apuração de falta grave praticada pelo empregado no período de sua estabilidade acidentária;
- e) é prescindível para a apuração de falta grave praticada pelo delegado sindical.

Direito Constitucional

67. A respeito da proteção constitucional do domicílio, analise as seguintes assertivas.

I- A casa é asilo inviolável do indivíduo. Mediante ordem judicial, entretanto, pode-se nela adentrar durante o dia ou à noite, para a realização de busca e apreensão determinada em sentença judicial.

II- A casa é asilo inviolável, podendo-se nela ingressar, entretanto, sem que seja necessário ordem judicial, por motivo de desastre ou flagrante delito.

III- As pessoas jurídicas não são titulares do direito constitucional à inviolabilidade do domicílio.

IV- O conceito constitucional de domicílio corresponde ao conceito de direito civil.

V- A noção constitucional de domicílio abrange o espaço privado em que o indivíduo exerce a sua atividade profissional.

Agora responda:

- a) as assertivas I e II estão corretas;
- b) a assertiva III é a única incorreta;
- c) a assertiva I é a única incorreta;
- d) as assertivas I, II, III, IV e V estão incorretas;
- e) as assertivas II e V estão corretas.

68. Assinale a alternativa incorreta:

- a) conforme entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor de seus associados não depende de autorização destes;
- b) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao meio ambiente, assegurando-se ao autor a isenção de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo em caso de comprovada má-fé;
- c) na forma da lei, são gratuitos os atos necessários ao exercício da cidadania;

d) a todos, no âmbito administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

e) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora, salvo para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

69. Assinale a alternativa incorreta:

a) são bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das vias federais, definidas em lei;

b) é assegurada, nos termos da lei, aos órgãos da administração direta da União, a participação no resultado da exploração do gás natural, ou o recebimento de compensação financeira por essa exploração;

c) a Constituição veda a participação, no resultado da exploração de petróleo, aos Estados;

d) a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei;

e) são bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios que, entretanto, detêm o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

70. A respeito da ação de *habeas data* é incorreto afirmar que:

a) é remédio constitucional que pode ser utilizado para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

b) conforme a natureza da matéria envolvida, é possível atribuir-se à justiça laboral o seu processamento e julgamento;

c) a medida pode ser impetrada por pessoa jurídica;

d) conforme entendimento do STJ, trata-se de medida cabível ainda que não tenha havido recusa de prestação de informações por parte da autoridade administrativa;

e) pode ser concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante constantes em bancos de dados de entidades de caráter político.

71. Está(ão) legitimado(s) para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade:

- a) o Governador do Distrito Federal;
- b) a entidade de classe de âmbito nacional ou estadual;
- c) o Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil;
- d) o Procurador do Estado;
- e) apenas o Presidente da República e a entidade de classe de âmbito nacional ou estadual.

72. A respeito da ordem econômica e financeira, assinale a alternativa incorreta:

- a) são princípios que a informam, dentre outros: soberania nacional, propriedade privada e livre concorrência;
- b) é entendimento pacificado no STF que ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área;
- c) a Constituição preconiza tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País;
- d) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado;
- e) o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

73. A respeito da aposentadoria dos servidores titulares de cargos efetivos das fundações públicas municipais, assinale a alternativa correta:

- a) poderá ocorrer por invalidez permanente decorrente de acidente em serviço, caso no qual os proventos poderão ser integrais;
- b) é direito renunciável, pelo servidor, a aposentadoria aos 70 (setenta) anos;
- c) ocorrerá aos 70 (setenta) anos de idade, sempre com proventos integrais;
- d) poderá ocorrer, para o homem, voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 35 (trinta e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público, independentemente do cumprimento de

qualquer outra condição;

- e) poderá ocorrer aos 45 (quarenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta de contribuição), se mulher.

Direito Civil

74. Assinale a alternativa incorreta:

- a) o domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente;
- b) o domicílio do marítimo é o do local onde o navio estiver matriculado;
- c) o domicílio do Oficial da Marinha é o do local onde o navio estiver ancorado;
- d) o domicílio do território é o de sua capital, mas o do município é o do local onde funcione a sua administração;
- e) as empresas privadas podem eleger seu domicílio em seus estatutos ou atos constitutivos.

75. Assinale a alternativa incorreta:

- a) no que diz respeito à cláusula penal, a penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio;
- b) nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato;
- c) é anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido, dispensando-se o consentimento do cônjuge se o regime de bens for o da separação obrigatória;
- d) nos termos da lei civil, a doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada exclusivamente pelo outro cônjuge, até 2(dois) anos depois de dissolvida a sociedade conjugal;
- e) no que se refere ao contrato de depósito, este será gratuito, exceto se houver convenção em contrário, se resultante de atividade negocial ou se o depositário o praticar por profissão. Se oneroso e a retribuição do depositário não constar de lei, nem resultar de ajuste, será determinada pelos usos do lugar, e, na falta destes, por arbitramento.

76. A respeito da prescrição, assinale a alternativa incorreta:

- a) não corre contra o ausente do País que se encontre a serviço público do Município;
- b) a interrupção poderá ocorrer somente uma vez;
- c) na hipótese de suspensão em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível;
- d) a interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador;
- e) não corre entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal, exceto se casados pelo regime da separação obrigatória de bens.

77. Assinale a alternativa correta:

- a) o fato jurídico pode ser provado, sem exceção, mediante: confissão, documento, testemunha, presunção e perícia;
- b) os traslados e as certidões consideram-se instrumentos públicos, se os originais se houverem produzido em juízo como prova de algum ato;
- c) as presunções, que não as legais, são admitidas nos casos em que a lei exclui a prova testemunhal;
- d) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, subrogando-se nos direitos do credor;
- e) se o devedor pagar ao credor, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação a ele oposta por terceiros, o pagamento não valerá contra estes, que poderão constranger o devedor a pagar de novo, vedado o regresso contra o credor.

78. Assinale a alternativa correta:

- a) o credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação;
- b) o crédito, uma vez penhorado, não pode mais ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora, mas o devedor que o pagar fica exonerado, subsistindo somente contra o credor os direitos de terceiro, tendo ou não notificação da penhora;
- c) o cedente não responde pela solvência do devedor, ainda que haja estipulação em contrário;

d) se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito, com todas as suas garantias, salvo as garantias prestadas por terceiros, sendo irrelevante se este conhecia o vício que inquinava a obrigação;

e) ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, não há critério de prevalência entre elas.

Direito da Criança e do Adolescente

79. A respeito do trabalho do menor, assinale a alternativa incorreta:

- a) considera-se menor, para efeito da CLT, o trabalhador de 14 (quatorze) até 18 (dezoito) anos;
- b) ainda que não se trate de contrato de aprendizagem, o empregador, cuja empresa ou estabelecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas;
- c) o menor não poderá trabalhar em ruas, praças e logradouros, em nenhuma hipótese, porque esse trabalho é prejudicial à moralidade;
- d) verificado que a ocupação do menor é prejudicial à sua moralidade, deverá a empresa tomar as medidas possíveis e recomendadas pela autoridade competente para que o menor mude de função, sob pena de configurar-se a rescisão indireta do contrato de trabalho;
- e) excepcionalmente, por motivo de força maior, é possível prorrogar a duração normal diária do trabalho do menor, desde que seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.

80. Pedro Operoso foi admitido para trabalhar como transportador de animais de pequeno porte na data de 1º.8.2004, aos 12 anos de idade; ao completar 18(dezoito) anos foi dispensado sem justa causa. Seu empregador, cujo empreendimento sequer era regularizado perante as autoridades competentes, não anotou o contrato de trabalho em CTPS e tampouco realizou o pagamento de verbas trabalhistas. Assinale a alternativa correta:

- a) o trabalho desenvolvido por Pedro até a data em que completou 16 (dezesseis) anos não gera nenhum efeito perante o Direito do Trabalho, em razão da proibição constitucional do trabalho de menores de 16 anos;

- b) a fim de regularizar a situação de Pedro, poderá a empresa anotar a existência de contrato de aprendizagem em sua CTPS, a partir da data em que ele completou 14 anos, matriculando-o em instituição de ensino profissionalizante;
- c) embora ilícito o objeto do contrato de trabalho até a data em que completou 16(dezesseis) anos, são devidos apenas o FGTS e o salário do período contratual;
- d) na atualidade, a hipótese vivenciada por Pedro seria legal se ele tivesse sido admitido aos 16(dezesseis) anos de idade, desde que observada a frequência à escola e a não exigibilidade de labor noturno;
- e) nenhuma das alternativas está correta.

BLOCO III

Direito Processual Civil

81. Assinale o correto procedimento a ser adotado em caso de um dos réus suscitar, em face do magistrado, incidente de suspeição:

- a) o Juiz, não a reconhecendo e devendo velar pela célere solução do litígio, dá continuidade ao processamento do feito, sobretudo porque há pluralidade de réus envolvidos no polo passivo da lide;
- b) o juiz deve acolher a suspeição, ainda que ela não se encontre caracterizada, permitindo, assim, a designação imediata de outro magistrado para analisar o litígio, conferindo-lhe rápida solução;
- c) de acordo com o Código de Processo Civil, o magistrado, ao receber o incidente de suspeição, terá dois caminhos: reconhecer a suspeição, ordenando a remessa dos autos ao seu substituto legal, ou remeter o incidente ao tribunal para que o aprecie, suspendendo o curso do processo;
- d) de acordo com o Código de Processo Civil, o magistrado, ao receber o incidente de suspeição, terá dois caminhos: reconhecer a suspeição e remeter o processo ao tribunal, para sua apreciação, ou remeter o incidente ao seu substituto legal, para apreciação, sem suspensão do processo, no qual continua atuando;
- e) nenhuma das alternativas é correta.

82. Segundo o CPC, o Supremo Tribunal Federal não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral. Assinale a alternativa incorreta:

- a) para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem, ou não, os interesses objetivos da causa;
- b) o recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral;
- c) se a Turma do Supremo Tribunal Federal decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário;
- d) negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese;
- e) o Ministro Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros.

83. Aponte a alternativa correta:

- a) é defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado, exceto quando decida relação jurídica condicional;
- b) condenado o devedor a emitir declaração de vontade, desde logo a sentença produzirá todos os efeitos da declaração não emitida, independentemente do trânsito em julgado;
- c) levando-se em consideração o princípio da igualdade das partes e os termos da lei, é correto afirmar que somente a requerimento da parte pode o juiz, em qualquer fase do processo, inspecionar pessoas ou coisas, a fim de se esclarecer sobre fato, que interesse à decisão da causa;
- d) em se tratando de denunciação da lide, a citação do denunciado será requerida, juntamente com a do réu, se o denunciante for o autor; e, no prazo para contestar, se o denunciante for o réu. Em qualquer hipótese não se suspenderá o processo e, não se procedendo à citação no prazo marcado, a ação prosseguirá unicamente em relação ao denunciante;

e) oferecida a oposição depois de iniciada a audiência, seguirá ela o procedimento ordinário, sendo julgada sem prejuízo da causa principal. Poderá o juiz, no entanto, sobrestar o andamento do processo principal, por prazo nunca superior a 90 (noventa) dias, a fim de julgá-la em conjunto com a oposição.

84. A respeito da ação civil de improbidade administrativa e de acordo com a legislação específica que a regulamenta, assinale a alternativa correta:

- a) será proposta necessariamente pelo Ministério Público, dentro de 30 (trinta) dias da efetivação de medida cautelar que determinou o sequestro dos bens do agente;
- b) admite, na ação principal, a possibilidade de conciliação entre autor e réu;
- c) estando regular a petição inicial, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido que deverá ofertar defesa por escrito, em 5 (cinco) dias;
- d) pode ser proposta até 10 (dez) anos após o término do exercício do mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;
- e) a aplicação das sanções não depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

85. É cabível a intervenção do Ministério Público nas seguintes causas, exceto:

- a) que envolvam litígio coletivo pela posse de área rural, independentemente da dimensão da área;
- b) que envolvam litígio individual pela posse de área rural de elevada dimensão;
- c) que discutam direito do trabalhador acidentado que tem 14 anos de idade, ainda que se encontre representado por seus pais;
- d) nas quais se discuta direito de quem não é encontrado;
- e) de interdição de pessoas maiores.

86. Os fatos abaixo elencados implicam a suspensão do processo, exceto:

- a) o falecimento do autor;
- b) o motivo de força maior;
- c) a alegação de suspeição do perito;

d) a apreciação de questão de estado, requerida como declaração incidente;

e) a realização de acordo entre as partes destinado à paralisação momentânea do litígio.

87. Com relação à confissão, aponte a alternativa incorreta:

- a) pode ser extrajudicial ou judicial e, esta última, provocada ou espontânea. Admite-se que a espontânea seja realizada por procurador ao qual tenham sido conferidos poderes especiais;
- b) quando emanar de dolo pode ser revogada por ação anulatória, quando pendente o processo em que foi feita;
- c) quando emanar de dolo, pode ser revogada por ação rescisória, quando já transitada em julgado a sentença que a considerou como um de seus fundamentos;
- d) quando contida em testamento, não tem a mesma força probatória que a confissão judicial;
- e) necessita da autorização do outro cônjuge, para operar seus efeitos, nas ações que versem sobre bens imóveis.

88. A respeito da execução do título executivo judicial, assinale a alternativa correta:

- a) não requerido seu imediato processamento, o juiz mandará arquivar os autos, que poderão ser impulsionados pelo exequente nos seis meses posteriores;
- b) da expedição do auto de penhora e avaliação será de imediato intimado pessoalmente o executado;
- c) lavrada a penhora pelo oficial de justiça, os autos serão encaminhados ao magistrado, que designará o avaliador;
- d) efetuado o pagamento parcial no prazo de 15 dias, a multa de dez por cento incidirá sobre o restante;
- e) cumpre ao credor, ao requerer a execução, pedir a citação do devedor e instruir a petição inicial com o demonstrativo do débito atualizado até a data do seu vencimento, quando se tratar de execução por quantia certa.

89. É título executivo judicial:

- a) o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público;

- b) o instrumento de transação referendado pela Defensoria Pública;
- c) o crédito de serventário da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial;
- d) o crédito do tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial;
- e) o formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.

90. Notícia veiculada na página do Superior Tribunal de Justiça em 15/12/2010, afirma que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina negou processamento a determinado recurso adesivo, em face de deserção. A parte aviu recurso de tal decisão, defendendo que o direito à gratuidade da justiça, deferido ao recorrente principal, é extensivo àquele que avia o recurso adesivo. Aponte a alternativa correta:

- a) o postulante tem razão porque ao recurso adesivo aplicam-se as mesmas regras do recurso principal, inclusive quanto às condições de admissibilidade e preparo;
- b) o postulante não tem razão porque ao recurso adesivo aplicam-se as mesmas regras do recurso principal, tão-somente em relação ao conhecimento, situação que não abrange o preparo;
- c) o postulante não tem razão porque o recurso adesivo, embora subordinado ao principal, é submetido às mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior;
- d) o postulante tem razão porque ao recurso adesivo aplicam-se as mesmas regras do recurso independente, exceto em relação ao preparo;
- e) o postulante não tem razão porque para usufruir do mesmo benefício quanto ao preparo, deveria postulá-lo, expressamente, no momento da interposição do recurso adesivo, ainda que não preencha os requisitos legais ensejadores do deferimento da gratuidade da justiça.

Direito Internacional e Comunitário

91. A respeito da imunidade de jurisdição, analise as seguintes assertivas, à luz da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

I- A renúncia à imunidade de jurisdição sobre as ações cíveis ou administrativas deverá ser sempre expressa e abrange automaticamente a execução de sentença.

II- O Estado acreditante não pode renunciar à imunidade de jurisdição de seus agentes diplomáticos.

III- É facultado ao agente diplomático invocar a imunidade de jurisdição em reconvenção diretamente ligada à ação principal por ele ajuizada.

IV- A imunidade de jurisdição do agente diplomático no Estado acreditado o isenta da jurisdição do Estado acreditante.

V- O agente diplomático pode renunciar à sua imunidade de jurisdição.

Agora responda:

- a) as assertivas I e III estão corretas;
- b) as assertivas II e IV estão corretas;
- c) apenas a assertiva IV está correta;
- d) as assertivas I, II, III e IV estão corretas;
- e) as assertivas I, II, III, IV e V estão incorretas.

92. A respeito dos tratados internacionais, indique a alternativa incorreta:

- a) após a Emenda Constitucional 45/2004, os tratados e convenções internacionais que versem sobre direitos humanos e forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos e por três quintos dos votos de seus respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;
- b) a Constituição Federal assegura aos Estados federados a possibilidade de celebrar tratados internacionais;
- c) a denúncia consiste em ato formal por meio do qual o Estado manifesta a sua vontade de deixar de participar de um tratado internacional;
- d) é competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados internacionais;
- e) compete ao Juiz Federal processar e julgar as causas neles fundadas.

93. Aponte a alternativa incorreta:

- a) *dumping* social é expressão relacionada com a prática de concorrência desleal, onde se busca vantagens comerciais por meio da adoção de condições desumanas de trabalho;
- b) cláusulas sociais são medidas *antidumping* relacionadas ao trabalho e aos direitos humanos, sendo utilizadas em negociações comerciais para vetar a compra de produtos produzidos por países que não respeitam os direitos trabalhistas;
- c) Selo Social é etiqueta colocada nos produtos destinados à exportação noticiando que o país que o produziu respeita as normas internacionais de trabalho;
- d) a expressão "o trabalho não é uma mercadoria" encontra-se expressamente consignada na Declaração da Filadélfia, adotada pela Organização Internacional do Trabalho;
- e) a Declaração da Filadélfia não tem como princípio fundamental a participação paritária de representação de empregados e empregadores em decisões governamentais que digam respeito ao bem comum.

Direito Empresarial

94. A legislação que regulamenta, entre outras questões, a falência do empresário e da sociedade empresária, aplica-se:

- a) às seguradoras;
- b) às sociedades de capitalização;
- c) aos consórcios;
- d) às sociedades operadoras de plano de assistência à saúde;
- e) às fábricas de autopeças constituídas como sociedades anônimas de capital fechado.

95. Empresa de grande porte, com escritório administrativo em Brasília, onde está sua presidência e 10 (dez) empregados, conta com três fábricas distribuídas no interior do Estado de São Paulo, sendo a maior delas e principal estabelecimento com 1.000 (mil) empregados, em Adamantina. Tem seu maior fornecedor e credor estabelecido em São Paulo, Capital. Pretende requerer sua recuperação judicial. Aponte o juízo competente para o processamento da medida:

- a) São Paulo;

- b) São Paulo ou Adamantina;
- c) Brasília ou São Paulo;
- d) Adamantina ou qualquer das cidades onde instalados os parques fabris;
- e) Adamantina.

96. O deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso de todas as ações em face do devedor, inclusive:

- a) as movidas pelo credor particular do sócio solidário;
- b) as execuções movidas na Justiça do Trabalho, após decorridos 180 (cento e oitenta) dias do deferimento da recuperação judicial;
- c) a execução das contribuições previdenciárias promovidas pela Justiça do Trabalho, quando já quitado o crédito do trabalhador;
- d) a execução do ICMS devido ao Estado;
- e) a execução de IPTU devido ao Município.

Direito Previdenciário

97. A respeito do instituto da carência, aponte a alternativa incorreta:

- a) trata-se do número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o segurado faça jus a determinado benefício previdenciário, sendo o direito concedido a partir do primeiro dia do mês posterior ao qual a última contribuição do período de carência se refere;
- b) quando perdida a qualidade de segurado, as contribuições anteriores serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido;
- c) é de 12 (doze) contribuições mensais o período de carência para obtenção do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez;
- d) é de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais o período de carência para obtenção do benefício à aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial;
- e) não depende de carência a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, sofrer contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

98. A respeito do salário maternidade, são corretas as seguintes hipóteses, exceto:

- a) é devido durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste;
- b) é devido por 60 (sessenta) dias para a segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança que tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade;
- c) é devido por 30 (trinta) dias para a segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança que tiver entre 4 (quatro) e 10 (dez) anos de idade;
- d) seu valor consistirá em renda mensal igual à remuneração integral para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa;
- e) seu valor será correspondente ao do último salário-de-contribuição para a segurada empregada doméstica.

99. João das Dores foi empregado regularmente registrado por 10 (dez) anos. Condenado por homicídio, permaneceu recluso por 8 (oito) anos. Ao sair da penitenciária, não obteve emprego e, no décimo mês após seu livramento, foi acometido por doença pulmonar grave. Em face de tais premissas, aponte a alternativa correta no tocante à situação previdenciária de João:

- a) ausentes mais de 60 (sessenta) contribuições, não há direito previdenciário;
- b) há direito a benefício previdenciário, tendo em vista que no momento do surgimento da doença a qualidade de segurado encontrava-se mantida;
- c) conquanto o liame previdenciário ainda esteja presente, outros são os benefícios devidos, mas não o auxílio-doença;
- d) a perda da qualidade de segurado deu-se 10 (dez) meses após o livramento;
- e) a perda da qualidade de segurado deu-se 6 (seis) meses após o livramento.

100. A respeito da responsabilidade pelo recolhimento de contribuições previdenciárias, é incorreto afirmar que:

- a) quitadas em primeira audiência verbas rescisórias incontroversamente devidas, dentre elas o saldo de salário e o décimo-terceiro, o magistrado determinará, sob pena de responsabilidade, que a reclamada proceda ao imediato recolhimento das contribuições previdenciárias;
- b) os administradores das empresas públicas sujeitas ao controle dos Estados, em mora com o pagamento de contribuições previdenciárias há mais de 30 (trinta) dias, nos termos da lei, são subsidiariamente responsáveis pelo respectivo pagamento;
- c) os administradores de fundações públicas, criadas e mantidas pelo Poder Público, sujeitas ao controle dos Municípios, em mora com o pagamento de contribuições previdenciárias há mais de 30 (trinta) dias, tornam-se solidariamente responsáveis pelo respectivo pagamento;
- d) exclui-se da responsabilidade solidária perante a Seguridade Social o adquirente de unidade imobiliária que realizar a operação com empresa de comercialização de imóveis, ficando esta solidariamente responsável com o construtor;
- e) as empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas contribuições previdenciárias.

GABARITO

BLOCO I

DIREITO DO TRABALHO

1-C	2-E	3-A	4-D
5-B	6-E	7-C	8-B
9-E	10-A	11-E	12-C
13-B	14-B	15-D	16-D
17-C	18-D	19-D	20-C
21-A	22-B	23-E	24-D
25-B	26-C	27-E	28-A
29-E	30-E	31-B	32-C
33-C			

DIREITO COLETIVO

34-B	35-D	36-B	37-E
38-B			

DIREITO ADMINISTRATIVO

39-D	40-B	41-E	42-B
43-A	44-C	45-B	

DIREITO PENAL

46-E	47-D	48-B	49-B
50-A			

BLOCO II

PROCESSO DO TRABALHO

51-D	52-A	53-C	54-B
55-E	56-E	57-A	58-D
59-B	60-A	61-C	62-E
63-D	64-A	65-E	66-C
67-E	68-E	69-C	70-D
71-A	72-D	73-A	

DIREITO CIVIL

74-C	75-D	76-E	77-B
78-A	79-C	80-E	

BLOCO III

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

81-C	82-A	83-E	84-E
85-B	86-C	87-C	88-D
89-E	90-C		

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

91-E	92-B	93-E	94-E
95-E	96-A		

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

97-A	98-C	99-B	100-B
------	------	------	-------

Campinas, 09 de abril de 2011.

(a) MARIA INES CORREA DE CERQUEIRA CESAR TARGA

Juíza Presidente da Comissão Examinadora